

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# A literatura sob censura: um tema ainda atual no debate acadêmico brasileiro

Fernanda de Souza Rosa, Chirley Domingues

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14282>

Submetido em: 2025-11-25

Postado em: 2025-12-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## A LITERATURA SOB CENSURA: UM TEMA AINDA ATUAL NO DEBATE ACADÊMICO BRASILEIRO

FERNANDA DE SOUZA ROSA <sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0610-6108>  
<[fernandasouza@sed.sc.gov.br](mailto:fernandasouza@sed.sc.gov.br)>

CHIRLEY DOMINGUES <sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7416-0977>  
<[chirley.domingues@yahoo.com](mailto:chirley.domingues@yahoo.com)>

<sup>1</sup> Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, Santa Catarina (SC), Brasil.

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo central identificar e analisar o perfil da produção de teses e dissertações sobre a censura à literatura no ambiente escolar. Para tanto, utilizou-se como metodologia a revisão integrativa da literatura, seguindo um protocolo de busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Para a coleta de dados, foram selecionadas dissertações e teses publicadas no período de 2015 a 2025. Após triagem e aplicação de critérios de exclusão, o corpus final de análise foi constituído por três produções acadêmicas. Este número reduzido, resultado direto do protocolo de busca rigoroso, é interpretado como um indicativo da incipiência do tema no nível de pós-graduação, o que justifica a presente análise aprofundada e exploratória. Os achados indicam que a produção científica recente distingue a censura de outras formas de regulação e confirma que o fenômeno transcende a mera restrição legal, manifestando-se por meio de mecanismos discursivos e ideológicos de controle social sobre o currículo. As pesquisas convergem ao demonstrar que a censura fragiliza o principal objetivo da educação literária, comprometendo a formação do leitor crítico e o debate de ideias na escola. A análise dos textos selecionados para esta revisão integrativa aponta que a atuação do professor, aliada à sua autonomia e à formação continuada, constitui a principal frente de resistência ao cerceamento da diversidade textual. Conclui-se que a literatura sob vigilância configura-se como um sintoma das tensões políticas e ideológicas contemporâneas que atravessam o espaço educativo brasileiro, sendo fundamental a defesa da integridade da formação humanista.

**Palavras-chave:** Censura à literatura, revisão integrativa da literatura, escola, formação de leitores.

### LITERATURE UNDER CENSORSHIP: A STILL RELEVANT TOPIC IN BRAZILIAN ACADEMIC DEBATE

**ABSTRACT:** The main objective of this study is to identify and analyze the profile of thesis and dissertation production on censorship of literature in the school environment. To this end, an integrative literature review was used as the methodology, following a search protocol in the CAPES Theses and Dissertations Bank. For data collection, dissertations and theses published between 2015 and 2025 were selected. After screening and applying exclusion criteria, the final analysis corpus consisted of three academic productions. This reduced number, a direct result of the rigorous search protocol, is interpreted as an indication of the nascent stage of the topic at the graduate level, which

justifies the present in-depth and exploratory analysis. The findings indicate that recent scientific production distinguishes censorship from other forms of regulation and confirms that the phenomenon transcends mere legal restriction, manifesting through discursive and ideological mechanisms of social control over the curriculum. The research converges in demonstrating that censorship weakens the main objective of literary education, compromising the formation of the critical reader and the debate of ideas in the school. The analysis of the texts selected for this integrative review indicates that the teacher's performance, combined with their autonomy and continuous training, constitutes the main front of resistance to the curtailment of textual diversity. It is concluded that literature under surveillance is a symptom of contemporary political and ideological tensions that permeate the Brazilian educational space, making the defense of the integrity of humanistic education fundamental.

**Keywords:** Censorship of literature, integrative literature review, school, reader formation.

## **LA LITERATURA BAJO CENSURA: UN TEMA AÚN ACTUAL EN EL DEBATE ACADÉMICO BRASILEÑO**

**RESUMEN:** El presente estudio tiene como objetivo central identificar y analizar el perfil de la producción de tesis y disertaciones sobre la censura a la literatura en el entorno escolar. Para ello, se utilizó como metodología la revisión integrativa de la literatura, siguiendo un protocolo de búsqueda en el Banco de Tesis y Disertaciones de la CAPES. Para la recolección de datos, se seleccionaron disertaciones y tesis publicadas en el período de 2015 a 2025. Después de la selección y la aplicación de los criterios de exclusión, el corpus final de análisis estuvo constituido por tres producciones académicas. Este número reducido, resultado directo del riguroso protocolo de búsqueda, se interpreta como un indicativo de la incipiente del tema a nivel de posgrado, lo que justifica el presente análisis profundo y exploratorio. Los hallazgos indican que la producción científica reciente distingue la censura de otras formas de regulación y confirma que el fenómeno trasciende la mera restricción legal, manifestándose a través de mecanismos discursivos e ideológicos de control social sobre el currículo. Las investigaciones convergen al demostrar que la censura debilita el principal objetivo de la educación literaria, comprometiendo la formación del lector crítico y el debate de ideas en la escuela. El análisis de los textos seleccionados para esta revisión integrativa indica que la actuación del profesor, junto con su autonomía y formación continua, constituye el principal frente de resistencia a la restricción de la diversidad textual. Se concluye que la literatura bajo vigilancia se configura como un síntoma de las tensiones políticas e ideológicas contemporáneas que atraviesan el espacio educativo brasileño, siendo fundamental la defensa de la integridad de la formación humanista.

**Palabras clave:** Censura literaria, revisión integrativa de la literatura, escuela, formación de lectores.

## **INTRODUÇÃO**

A censura à literatura no contexto escolar tem sido um tema de crescente preocupação social e educacional, uma vez que limita o acesso de estudantes a obras que favorecem o desenvolvimento crítico, a imaginação e a formação de leitores conscientes. Como afirmam Fernandes, Amarilha e Freitas (2025, p. 7), “as instituições de ensino são – ou deveriam ser – os espaços privilegiados para possibilitar a garantia do direito à literatura”. Esse reconhecimento da literatura como um direito surge

a partir das reflexões de Antonio Candido, sendo reiterado tanto em documentos institucionais quanto no senso comum (Candido, 2004). Trata-se de um direito essencial, não apenas para o exercício da sensibilidade e da criticidade, mas também para a formação humana e a ampliação do conhecimento. Apesar desse reconhecimento, práticas de restrição ou supressão de conteúdos literários continuam a se manifestar em diferentes escolas brasileiras, muitas vezes motivadas por pressões sociais, políticas ou institucionais. Esse fenômeno não apenas reduz o acervo disponível, mas compromete o papel formativo da literatura na constituição de sujeitos críticos, autônomos e culturalmente informados.

O paradoxo dessa realidade se evidencia no fato de que justamente as obras que poderiam ampliar a compreensão dos estudantes sobre si mesmos e sobre o mundo, aquelas que abordam questões de diversidade, desigualdade, sexualidade e identidade, são frequentemente alvo de censura. Como observa Dalvi (2018), a presença de textos literários que tratam de temas delicados é fundamental no ambiente escolar, desde que acompanhados de mediação responsável, pois tensionam e complexificam a leitura da realidade. Nesse sentido, censurar a literatura significa restringir não apenas o acesso a determinados livros, mas também limitar a experiência estética, o pensamento crítico e o exercício da alteridade, como aponta Petit (2009).

Esse cenário não é apenas contemporâneo: historicamente, a literatura tem sido alvo de disputas simbólicas e políticas, revelando a escola como um espaço de vigilância e de controle do pensamento. O que antes se configurava como restrições coloniais e religiosas, hoje se expressa em movimentos conservadores que tentam silenciar obras consideradas “inadequadas” ao ambiente escolar (Hunt, 2013). Tal seletividade demonstra uma contradição: conteúdos violentos, erotizados ou discriminatórios circulam em mídias como filmes, jogos e redes sociais, enquanto a literatura, que poderia oferecer mediação e reflexão crítica, é interdita.

Como educadoras, nos deparamos com ações de censura à literatura em contextos da Educação Básica em Santa Catarina, o que nos motivou a desenvolver uma pesquisa no âmbito da pós-graduação com o intuito de compreender como a gestão escolar e os professores são afetados por essas práticas. Durante o desenvolvimento da pesquisa no contexto do mestrado, uma questão ganhou relevância: como as pesquisas acadêmicas têm problematizado a censura à literatura na escola? Para respondê-la, esta revisão integrativa, seguindo um protocolo rigoroso de busca, identificou um conjunto de produções. Diante da incipiência da produção encontrada no nível de pós-graduação, esta revisão tem como objetivo analisar e sintetizar os eixos temáticos e metodológicos das três pesquisas acadêmicas que compõem o corpus final. O foco da análise recai sobre as formas de manifestação da censura, os agentes envolvidos e as proposições de resistência.

A análise aprofundada deste corpus exploratório, embora limitado em número, busca identificar convergências na abordagem do tema e, sobretudo, apontar as lacunas existentes na produção científica para futuros estudos. Em última instância, pretende-se contribuir para o fortalecimento de práticas educacionais que valorizem a pluralidade de vozes, a liberdade intelectual e o direito à literatura como experiência de humanização e de formação cidadã.

## **MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO**

A presente investigação fundamenta-se na revisão integrativa de literatura, modalidade de pesquisa que se caracteriza pela possibilidade de reunir, analisar e sintetizar resultados de estudos já

produzidos sobre determinado tema, oferecendo uma compreensão ampla e crítica do estado do conhecimento em uma área específica. Segundo Henrique e Rosa (2025, p. 373), “a revisão integrativa é uma metodologia de pesquisa que tem por objetivo sintetizar, de forma abrangente e sistemática, o conhecimento disponível sobre um tema específico”. Diferentemente de um simples levantamento bibliográfico, a revisão integrativa envolve a interpretação dos achados, a identificação de convergências e divergências entre os estudos e a proposição de novas perspectivas para a pesquisa científica (Vosgerau; Romanowski, 2014).

Originalmente desenvolvida no campo da saúde, essa modalidade consolidou-se como metodologia de investigação por sua capacidade de reunir dados oriundos de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, sistematizando-os em análises consistentes e abrangentes (Kramm, 2019). Com a expansão dos programas de pós-graduação e o conseqüente aumento da produção acadêmica, sua aplicação estendeu-se para diversas áreas do conhecimento, incluindo a educação. Nesse campo, tem se revelado especialmente relevante por permitir identificar lacunas, contradições e tendências nas pesquisas, além de subsidiar práticas pedagógicas e políticas educacionais (Carvalho, 2020).

No âmbito educacional, a adoção desse método justifica-se pela necessidade de sistematizar a produção científica acerca de temas complexos e socialmente relevantes, como a censura à literatura no contexto escolar. Trata-se, portanto, de um procedimento investigativo que não apenas organiza e descreve os estudos existentes, mas também promove uma análise crítica capaz de ampliar a compreensão do fenômeno e fornecer subsídios para práticas mais conscientes no ambiente escolar.

Para o desenvolvimento desta revisão, adotou-se o entendimento de ações, em lugar da noção de fases ou etapas, conforme propõe Kramm (2019). Essa escolha se deve ao fato de que a pesquisa integrativa não deve ser concebida como um movimento linear e fragmentado, mas como um processo dinâmico e articulado. Assim, a revisão organiza-se em seis ações principais: (1) Planejamento da pesquisa, em que se define a questão norteadora e os objetivos do estudo; (2) Busca nas bases de dados, com a seleção criteriosa das fontes científicas; (3) Seleção dos estudos, momento em que se aplicam os critérios de inclusão e exclusão para compor o corpus da pesquisa; (4) Análise crítica dos estudos incluídos, considerando sua consistência teórica e metodológica; (5) Categorização dos dados, etapa em que os achados são organizados em eixos analíticos; e (6) Interpretação e discussão dos resultados, quando a síntese crítica, que integra os conhecimentos produzidos e evidencia tendências e lacunas na literatura, é elaborada. Ao adotar esse sistema de ações, este artigo busca assegurar rigor metodológico, clareza no processo de investigação e consistência na análise, permitindo compreender de que maneira a censura à literatura no contexto escolar tem sido problematizada pela produção acadêmica no nível de pós-graduação.

Ressalta-se que a busca foi deliberadamente restrita a trabalhos que tinham a censura literária como objeto central de investigação, excluindo estudos que a abordavam tangencialmente. Esta opção metodológica permitiu um foco analítico mais aprofundado, ainda que reconheça a existência de contribuições relevantes em pesquisas sobre políticas do livro, formação docente e currículo que tangenciam o tema.

## DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O desenvolvimento desta revisão integrativa teve como objetivo identificar teses e dissertações que problematizam a censura à literatura no ambiente escolar, no âmbito da pós-graduação brasileira, entre 2015 e 2025. Para isso, realizou-se uma busca sistemática no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), contemplando pesquisas publicadas no período de 2015 a 2025. A escolha deste recorte temporal (2015-2025) justifica-se por abranger um período de intensificação de debates públicos sobre educação e cultura no Brasil, marcado pela emergência de movimentos conservadores como o 'Escola Sem Partido' (a partir de 2014), pela tramitação de projetos de lei restritivos à liberdade pedagógica, e por mudanças nas políticas públicas de livro e leitura que refletem tensões ideológicas no campo educacional. A escolha desse recorte temporal buscou reunir produções recentes, capazes de refletir debates atuais sobre os mecanismos de controle, silenciamento e cerceamento de obras literárias nos espaços escolares.

A estratégia de busca utilizou os descritores “censura à literatura”, “escola”, “censura” e “cerceamento”, combinados pelo operador booleano AND. Essa combinação possibilitou refinar os resultados, garantindo que os estudos encontrados tivessem relação direta com o objeto de investigação. A busca inicial identificou 253 trabalhos, que, após a aplicação do recorte temporal de dez anos, resultaram em 57 estudos.

Quadro 1 – Resultados da busca de teses e dissertações (2015-2025), considerando o filtro temporal aplicado em 21/09/2025.

Descritores utilizados	Total de registros encontrados (busca inicial)	Registros válidos após filtro temporal (2015-2025)
“censura” AND “escola”	176	12
“censura à literatura” AND “escola”	30	12
“cerceamento” AND “literatura”	47	33
<b>Totais de registros localizados</b>	253	57

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

A definição dos critérios de elegibilidade foi fundamental para a construção de um corpus consistente. Foram incluídos estudos defendidos no Brasil, no período delimitado, disponíveis na íntegra no banco de dados da CAPES, pertencentes à área da Educação e que abordassem diretamente práticas de censura ou cerceamento da literatura no contexto escolar, tendo a censura literária como tema central. Por outro lado, foram excluídos trabalhos não disponíveis na íntegra, revisões de literatura ou estudos documentais, pesquisas de áreas que não dialogavam com a Educação, além disso foram

excluídos trabalhos que tratavam de outras formas de censura (midiática, política ou moral) ou de outras linguagens artísticas, sem relação direta com a literatura.

A primeira triagem dos 57 estudos realizou-se a partir da leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave. Nesse processo, 54 trabalhos foram excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Critérios de exclusão e processo de seleção dos estudos

Critérios/motivos de exclusão	Descrição	Quantidade de trabalhos excluídos
Indisponibilidade	Estudos não disponíveis na íntegra no momento da coleta.	7
Natureza da Pesquisa	Trabalhos que eram revisões de literatura, bibliográficas ou documentais.	3
Área de conhecimento	Pesquisas desenvolvidas em áreas fora da Educação.	11
Inconsistência temática	Estudos que, embora contivessem os descritores, não abordavam a censura literária no contexto escolar.	12
Abordagem tangencial ou foco distinto	Pesquisas que tratavam de outras formas de censura (midiática, política, moral) ou outras linguagens artísticas (cinema, teatro etc.).	21
Total de trabalhos excluídos		54
Total de estudos incluídos na revisão		3

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

A aplicação rigorosa dos critérios de inclusão e exclusão (Quadro 2) resultou em um corpus final de apenas três trabalhos (E1, E2, E3). Este resultado é, em si, um achado relevante: o número reduzido (N=3), dentro de um recorte temporal de dez anos no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, confirma a incipiência do tema no âmbito da pós-graduação brasileira, com foco central no contexto escolar. Esta limitação quantitativa não descredita a metodologia de Revisão Integrativa, mas, ao contrário, revela a urgência e a novidade do tema no campo acadêmico, o que justifica a presente análise aprofundada e será melhor explorado na seção de Resultados e Reflexões.

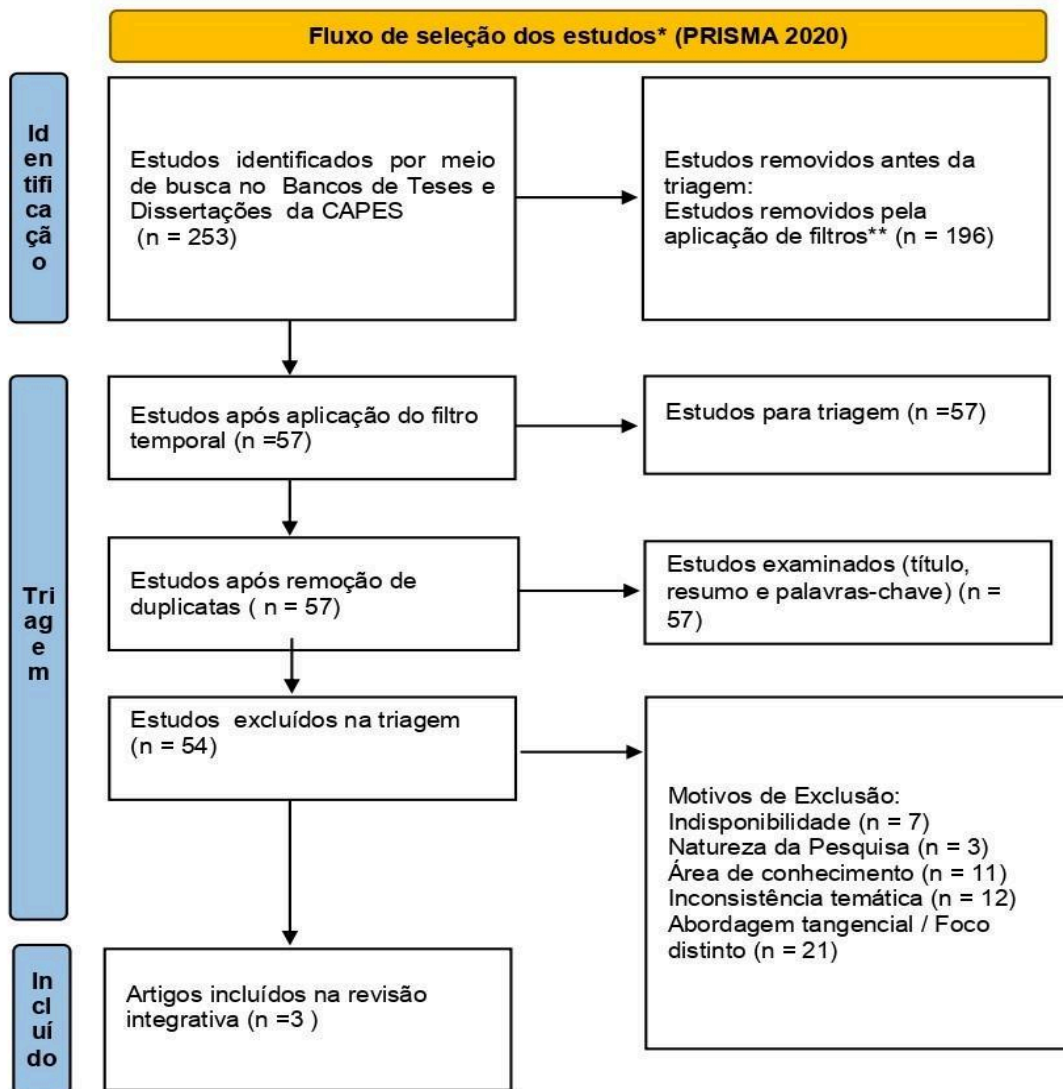
Quadro 3 - Teses e dissertações selecionadas sobre censura à literatura no contexto escolar

Estudo	Título	Autor	Ano	Tipo de Trabalho	Curso e Instituição
E1	Atos de controle, censura e regulação na literatura infantil e a prática docente: vozes de professoras da educação infantil de Belo Horizonte.	Camila Souza Petrovitch	2023	Dissertação	Mestrado em Educação e Docência-PRO MESTRE Universidade Federal de Minas Gerais
E2	A institucionalização da literatura e o cerceamento de textos literários nas escolas estaduais de Rondônia: o discurso entre a memória e o silenciamento.	Alessandra Maria Santos do Nascimento	2025	Dissertação	Mestrado Acadêmico em Letras Universidade Federal de Rondônia
E3	Literatura no ensino (é) fundamental: proibições na contramão da educação literária	Layla Guedes Jogas Martins	2021	Dissertação	Mestrado Profissional em Letras- PROFLETRAS Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

As etapas metodológicas empregadas na construção do corpus, já detalhadas anteriormente, são sintetizadas no fluxograma a seguir, que ilustra o percurso da busca, seleção e definição final dos estudos que compõem a revisão.

Figura 1 - Sequência do processo de realização das três primeiras fases do estudo.



\*Nesta revisão, consideramos apenas Teses e Dissertações publicados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

\*\* Filtros aplicados: Período de publicação (2015-2025)

<sup>1</sup> Fluxograma elaborado com base no modelo proposto pela Declaração PRISMA 2020 (Page et al., 2021), adaptado para este estudo. A nomenclatura "Registros examinados" foi substituída por "Estudos examinados" para melhor refletir a natureza das produções acadêmicas (teses e dissertações) incluídas na revisão.

No momento da leitura dos trabalhos, foram realizadas anotações dos principais conceitos emergentes identificados nos textos, fundamentais para o desenvolvimento das análises. Esses conceitos se agrupam em quatro eixos centrais: (1) censura literária, compreendida a partir de seu conceito, de suas manifestações e de seu contexto histórico e político; (2) liberdade de expressão, direitos constitucionais e papel da escola, com foco na responsabilidade institucional de garantir o acesso à diversidade textual; (3) impactos na formação do leitor crítico e estratégias pedagógicas, abordando o papel do professor na mediação da leitura e na resistência ao cerceamento; e (4) referenciais teóricos, obras censuradas e documentos legais, que sustentam a análise das produções acadêmicas e normativas sobre o tema.

Além disso, organizou-se em uma tabela os elementos essenciais de cada trabalho: título, problema, objetivos, referenciais teóricos, amostra e conceitos abordados. Com base nessas anotações e na questão norteadora desta revisão, que é desdobrada em: quais são os eixos temáticos e as manifestações da censura abordados nas três teses e dissertações identificadas (2015-2025)? Foram elencadas as categorias de análise, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Matriz de Análise – Censura à Literatura no Contexto Escolar

Descritores utilizados na pesquisa	E1	E2	E3
1. Censura literária: conceito e contexto histórico/político	X	X	X
2. Liberdade de expressão, direitos constitucionais e papel da escola	X	X	X
3. Impactos na formação do leitor crítico e estratégias pedagógicas	X	X	X
4. Referenciais teóricos, obras censuradas e documentos legais	X	X	X

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

Com base na Matriz de Análise, observa-se que as quatro categorias definidas foram identificadas nos três estudos selecionados (E1, E2 e E3). No entanto, percebe-se que algumas categorias se destacam de forma mais evidente nas produções analisadas, sendo amplamente discutidas e exemplificadas. Outras, por sua vez, aparecem compondo reflexões pontuais ou sendo abordadas de forma implícita ao longo das análises realizadas pelos autores.

A seguir, são apresentadas as discussões desenvolvidas a partir de cada uma das categorias elencadas na matriz de análise.

## **PERSPECTIVAS SOBRE A CENSURA LITERÁRIA NO ÂMBITO ESCOLAR: RESULTADOS E REFLEXÕES**

O primeiro grande achado desta revisão integrativa reside na baixa produção científica sobre a censura à literatura no ambiente escolar. Apesar da grande relevância política, social e educacional do tema, em evidência no período de 2015 a 2025, apenas três estudos o abordaram como foco central. É

crucial notar que essa escassez não é tratada como uma limitação metodológica, mas sim como um dado revelador que sublinha a sensibilidade política do tema, a dificuldade em discuti-lo na própria instituição escolar e, possivelmente, o reflexo dos mecanismos de silenciamento inerentes ao fenômeno. Nesse contexto, os estudos selecionados tornam-se particularmente significativos, pois desvelam diferentes manifestações contemporâneas da censura, seus efeitos no trabalho docente e seu impacto direto na formação do leitor.

Nesta etapa, por meio da interpretação aprofundada e da síntese sistemática dos resultados, apresentam-se os dados evidenciados na análise dos estudos selecionados, tomando como referência as categorias previamente estabelecidas na Matriz de Análise. A leitura minuciosa das pesquisas permitiu compreender como a temática da censura literária vem sendo discutida no contexto escolar contemporâneo, evidenciando suas múltiplas dimensões, históricas, políticas, pedagógicas e teóricas e revelando a complexidade do fenômeno quando articulado às práticas educativas. Esse processo interpretativo possibilitou identificar tanto convergências quanto especificidades entre os trabalhos, mostrando de que maneira cada estudo contribui para o entendimento das formas de controle, silenciamento e restrição da literatura no ambiente escolar, bem como seus impactos sobre a formação leitora e o papel social da escola.

Com a finalidade de conferir transparência ao corpus analisado e apresentar uma visão integrada dos estudos incluídos, elaborou-se o quadro 5, que sintetiza as principais características metodológicas das pesquisas selecionadas, contemplando metodologia, amostra e limitações.

Quadro 5 – Características Metodológicas das Pesquisas

Estudo	Metodologia	Amostra/Material Empírico	Limitações
<b>Petrovitch (2023)</b>	Qualitativa; análise documental e entrevistas; abordagem sociológica e histórica	Professoras da educação básica; documentos oficiais; casos de censura em escolas	Amostra reduzida; foco em escolas privadas; ausência de triangulação metodológica
<b>Nascimento (2025)</b>	Análise de Discurso (AD) materialista; análise de enunciados e práticas discursivas	Coordenadoras e professoras; documentos de gestão escolar; registros de práticas de leitura	Amostra pequena; limitações inerentes à AD; forte dependência interpretativa
<b>Martins (2021)</b>	Qualitativa; entrevistas semiestruturadas e análise documental; abordagem em direitos humanos	Professoras de escolas públicas; documentos do PNLD e registros institucionais	Recorte territorial restrito; dependência de narrativas docentes; representatividade limitada

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

A partir dessa sistematização, a primeira categoria analítica reúne os “primeiros olhares” dos estudos, enfatizando como cada autor conceitua, caracteriza e contextualiza a censura literária nas instituições escolares. Nesse conjunto, torna-se possível observar como o fenômeno é situado temporalmente, relacionado a disputas ideológicas e interpretado à luz de diferentes referenciais teóricos. Além disso, percebe-se como cada pesquisa identifica as manifestações da censura no cotidiano escolar e destaca seus efeitos nas práticas de leitura, nas escolhas docentes e na mediação pedagógica. Essa etapa inicial, portanto, fornece o pano de fundo necessário para compreender as discussões subsequentes e estabelece as bases conceituais que sustentam a análise das demais categorias.

### **Categoria 1 - Censura literária: conceito e contexto histórico-político**

A definição e discussão do conceito de censura literária no contexto escolar, assim como sua inserção em marcos históricos e políticos, foram abordadas de maneira explícita e detalhada nos Estudos 1 (Petrovitch, 2023) e 2 (Nascimento, 2025). O Estudo 3 (Martins, 2021), por sua vez, tratou o tema de forma mais indireta, priorizando o vínculo entre censura e conjuntura político-social. Essa distribuição desigual da abordagem conceitual, em um corpus limitado de apenas três estudos, reforça a natureza exploratória da análise. Essa categoria, portanto, reúne tanto a fundamentação teórica do termo “censura literária” quanto sua contextualização histórica, permitindo compreender a complexidade e a permanência desse fenômeno no campo educacional.

Os estudos analisam o conceito de forma complementar. Petrovitch (2023) define censura como “uma ação inconstitucional com o objetivo de impedir a circulação de determinado discurso a partir de interesses de um grupo específico” (p. 37), destacando consequências práticas, como a subestimação da infância e a autocensura docente. Nascimento (2025) apresenta a censura como um dispositivo político-ideológico, relacionando-a ao “silêncio local” e ao “interdito”, e propõe o termo “cerceamento de livros” para as formas contemporâneas de silenciamento. Martins (2021) entende a censura como um mecanismo de controle social e simbólico, que limita o direito à literatura e impõe valores morais e ideológicos.

No que se refere à dimensão histórica e política, os três estudos convergem ao situar a censura como um fenômeno recorrente e estrutural na sociedade brasileira, estabelecendo um diálogo entre a Ditadura Militar (1964–1985) e o Conservadorismo Atual (intensificado a partir de 2016). Petrovitch (2023) realiza um levantamento histórico detalhado, destacando a institucionalização do controle estatal por meio de dispositivos como o Decreto-Lei n. 1.077/70, e observa que a literatura infantil, por ser percebida como menos relevante, tornou-se um espaço paradoxal de subversão e resistência. Nascimento (2025) interpreta a Ditadura como uma “memória de silenciamento”, contrastando a censura explícita e institucionalizada, que poderia envolver coerção e violência física, com as formas mais sutis do cerceamento contemporâneo. Martins (2021) utiliza esse período como pano de fundo histórico de opressão, ressaltando-o como motor da luta pela liberdade de expressão e pelo direito à literatura, citando o ensaio *Direito à Literatura* (Candido, 2004).

Além da análise histórica, os trabalhos convergem na identificação do conservadorismo atual como principal impulsionador do cerceamento contemporâneo. Petrovitch (2023) aponta que o recrudescimento desse fenômeno se acentuou a partir de 2013, impulsionado pela influência de grupos

evangélicos fundamentalistas que retomaram argumentos moralistas. Nascimento (2025) situa o cerceamento em Rondônia no pós-2018, justificado pela premissa de “proteção moral” e voltado a obras que abordam temas como raça e sexualidade. Martins (2021) concentra-se na ascensão do ultraconservadorismo após 2016, criticando o movimento “Escola sem Partido” como ferramenta de doutrinação ideológica.

Em síntese, os três estudos mostram que a censura evoluiu de um mecanismo de Estado institucionalizado, característico da Ditadura Militar, para formas mais sutis, moralizantes e difusas, exercidas por grupos privados e ideologias político-religiosas no contexto do Conservadorismo atual. Embora os instrumentos e estratégias tenham mudado, a censura continua atuando como dispositivo de controle dos sentidos e das práticas culturais, gerando efeitos de autocensura na escola e no mercado editorial.

As perspectivas teóricas de Foucault (1979) corroboram essa análise, ao compreender o poder como um conjunto de dispositivos que definem o que pode ser dito e interpretado, mostrando como a escola se torna um espaço de disputa simbólica. Essa leitura se complementa com Bourdieu (2000), que entende a censura como forma de violência simbólica capaz de legitimar certos discursos e excluir outros, e com Candido (2004), que enfatiza o direito à literatura como elemento central da formação ética e crítica do indivíduo. Assim, a categoria evidencia que a censura literária não se limita à retirada de livros, mas atua na construção de sentidos, na definição de repertórios culturais e na formação de sujeitos, revelando sua dimensão histórica, social e política no contexto educacional brasileiro.

## **Categoria 2 - Liberdade de expressão, direitos constitucionais e papel da escola.**

O estudo da censura à literatura é indissociável de uma análise sobre os pilares da democracia brasileira. Os três estudos estabelecem a censura como um ato contrário aos princípios fundamentais da liberdade de expressão e dos direitos constitucionais. Petrovitch (2023) define-a como uma “ação inconstitucional” motivada por “interesses de um grupo específico”, utilizando a Constituição Federal de 1988 como marco legal e citando o Art. 220, que veda qualquer forma de censura, e o Art. 5º, inciso IX, que assegura a livre expressão da atividade artística. Nascimento (2025) e Martins (2021) reforçam que o cerceamento é essencialmente oposto à prática democrática. Martins (2021) associa os movimentos ultraconservadores a um projeto político de restrição de direitos, enquanto Nascimento (2025) ressalta que os mecanismos contemporâneos, embora menos institucionalizados, apoiam-se em discursos moralizantes que restringem a pluralidade ideológica.

A discussão, entretanto, não se limita à vedação do ato censório: ela também envolve a garantia do direito de acesso à arte e à cultura. Nesse ponto, Martins (2021) se apoia no conceito de “direito à literatura” (Candido, 2004), para defender que a fruição da arte deve ser reconhecida como um direito universal, fundamental para o exercício da cidadania e para a efetivação dos direitos humanos, sobretudo para os grupos historicamente marginalizados. A autora ressalta os grandes obstáculos para a efetivação desse direito no contexto brasileiro, citando as desigualdades sociais e a escassez de projetos políticos eficazes para a formação docente. Nascimento (2025) complementa, afirmando que o cerceamento restringe a autonomia do sujeito para interagir com múltiplas perspectivas, limitando a

construção de sentidos e impactando diretamente a identidade dos sujeitos e a consolidação de uma sociedade plural.

Um ponto conceitual distintivo é introduzido por Petrovitch (2023), que estabelece uma nuance ao distinguir censura de regulação. A autora detalha que a censura é um ato ilegítimo e autoritário, movido por interesses privados, enquanto a regulação é um instrumento legítimo de justiça social, aplicado para "garantir direitos individuais ou de segmentos sociais, étnicos, etários e de gênero com escassa representação social, política e econômica" (p. 16). Essa análise aprofunda a discussão, reconhecendo que a liberdade de expressão deve coexistir harmonicamente com outros direitos constitucionais.

A análise do papel da escola mostra que a instituição atua simultaneamente como agente de controle, alvo de pressões externas e espaço de resistência. Petrovitch (2023) observa que a escola pode ser autora de atos de censura, motivados por razões religiosas, políticas ou administrativas. Nascimento (2025) compreende a escola como um Aparelho Ideológico de Estado (Althusser, 1985), destacando que, ao restringir a interpretação dos textos a um "sentido único", a instituição exerce uma função de cerceamento das possibilidades de leitura. Martins (2021) chama atenção para a tensão entre a função formativa da escola e as expectativas morais impostas por diferentes grupos sociais, notando que a instituição é frequentemente responsabilizada por atender a essas demandas.

A pressão externa, intensificada em instituições particulares pelo vínculo financeiro, leva à autocensura docente, abordada pelos Estudos 1 e 3. Professoras, sentindo-se coagidas pelo "olhar atento da coordenação" ou temendo conflitos com familiares, passam a evitar obras que tratam de "temas delicados", como sexualidade e religiosidade. Petrovitch (2023, p. 126) destaca que "as professoras deixam de fazer determinadas escolhas com base em seus estudos e em sua prática pedagógica por medo de uma posterior repreensão". A falta de apoio institucional aprofunda a insegurança e fragiliza a autonomia docente.

Apesar dessas pressões, os estudos ressaltam a importância de reafirmar o papel democrático e libertador da escola. Para alunos de contextos desfavorecidos, a escola representa um espaço privilegiado de acesso à literatura. Martins (2021) enfatiza a necessidade de garantir a autonomia docente, enquanto Petrovitch (2023) propõe transformar a escola em espaço de debate e reflexão, fortalecendo a mediação pedagógica e o diálogo com as famílias com base em justificativas pedagógicas.

Dessa forma, a análise evidencia que a censura literária não se limita a uma violação formal da Constituição, mas constitui um obstáculo direto à função democrática da escola como espaço de formação de sujeitos críticos e autônomos. Ao dialogar com Freire (1996), percebe-se que a educação deve ser uma prática da liberdade, promovendo reflexão crítica, diálogo e a capacidade de interpretar o mundo de forma plural. Michael Apple (2004) complementa essa perspectiva ao destacar que políticas educacionais e decisões curriculares podem tanto reproduzir estruturas de poder quanto oferecer oportunidades de resistência, permitindo que a escola funcione como espaço de debate, mediação pedagógica e exercício efetivo da cidadania. Assim, garantir a liberdade de expressão e o acesso à cultura no ambiente escolar é fundamental para a formação de indivíduos críticos, conscientes de seus direitos e capazes de atuar de maneira reflexiva na sociedade.

### **Categoria 3 - Impactos na formação do leitor crítico e estratégias pedagógicas**

Os trabalhos mostram que a censura atua como mecanismo de limitação da reflexão autônoma, da diversidade interpretativa e da plena constituição do indivíduo como sujeito histórico. Um dos efeitos mais evidentes é a subestimação da capacidade crítica e interpretativa da criança, sustentada na crença de que ela é acrítica e facilmente influenciável. Petrovitch (2023) observa que esse cerceamento decorre do medo social de que a literatura aborde temas considerados sensíveis, atribuindo aos livros um papel de conformação moral em vez de instrumento de reflexão. Em dimensão político-ideológica, Nascimento (2025) compreende a censura como um mecanismo que restringe a circulação de sentidos, estabelecendo limites sobre o que pode ser dito, lido e discutido, o que fragiliza a formação crítica e contribui para processos de apagamento e empobrecimento do repertório simbólico dos leitores.

Por fim, os estudos chamam atenção para o efeito cascata provocado pela restrição da diversidade no campo literário. O ambiente conservador leva não apenas professores, mas também autores e o mercado editorial a evitar temas complexos para atender às “exigências sociais das escolas”, como aponta Martins (2021). Essa prática enfraquece a plurissignificação dos textos e nega, sobretudo aos mais pobres, o direito de acesso a uma literatura rica e desafiadora.

Apesar de a censura ser identificada como um mecanismo de controle ativo, os três trabalhos dedicam-se a delinear estratégias concretas de enfrentamento e resistência, que se organizam em dois níveis principais: o micro (ações pedagógicas) e o macro (iniciativas institucionais e políticas).

No nível micro, a resistência depende da mediação em sala de aula, destacada no Estudo 3. A seleção criteriosa de textos “vigorosos, abertos, desafiadores” (Martins, 2021, p. 10) favorece uma leitura integral. Martins (2021) enfatiza a “conversa literária” como eixo central para horizontalizar debates e valorizar as vozes dos estudantes. Recursos como o Diário de Leitura e a leitura em voz alta permitem registrar experiências subjetivas e ampliar as possibilidades interpretativas.

No nível macro, o enfrentamento exige que a escola se posicione institucionalmente como agente de defesa da liberdade de leitura e expressão. Petrovitch (2023) destaca a importância de defender a escolha das obras e de estabelecer um diálogo aberto com as famílias, citando a Câmara Mineira do Livro (2018): “O que a escola não deve fazer é aceitar ‘questionamentos de alguns pais’ sem se dar o trabalho de reuni-los, apresentar e mediar a obra, explicar a importância e a motivação pedagógica de sua adoção”. Os estudos defendem a formação docente contínua, que prepare professores para lidar com temas polêmicos com respaldo institucional. Petrovitch (2023) propõe um catálogo virtual de casos históricos de censura como recurso educacional para qualificar a escolha de obras e fortalecer a atuação docente.

Em uma dimensão mais ampla, a resistência à censura é compreendida como um ato político. O Estudo 2 conclui que “na censura já há resistência, na interdição de sentidos já estão os sentidos outros” (Orlandi, 2007b apud Nascimento, 2025, p. 71), apontando que os discursos censórios frequentemente provocam reações da sociedade. Essa perspectiva evidencia que, mesmo diante de restrições, os sentidos não são completamente controláveis. A resistência, conforme Montes (2020 apud Martins, 2021), enxerga a leitura como “poder ou contrapoder”, capaz de permitir que o leitor se “rebele” e se distancie do estabelecido.

Nesse sentido, é relevante observar como determinadas políticas públicas de leitura refletem visões distintas sobre o papel da literatura na formação do leitor. O programa Conta Pra Mim,

instituído durante o governo Bolsonaro(2019-2022), adota uma perspectiva voltada à literacia familiar, priorizando a transmissão de valores morais e familiares em detrimento da multiplicidade literária e do pensamento crítico (BRASIL, 2020). Essa proposta difere significativamente de programas anteriores, como o PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola, que tinha como objetivo ampliar o acesso à diversidade de gêneros, autores e temáticas literárias (BRASIL, 1997), e do PNLD-Literário, atualmente em vigor, que busca retomar a valorização da literatura como espaço de formação estética, ética e cidadã (BRASIL, 2021).

Desse modo, a resistência à censura se configura tanto como uma ação pedagógica cotidiana quanto como uma postura política ampla e transformadora. Quando a censura prevalece, o leitor em formação sofre um empobrecimento significativo, pois o ambiente literário cerceado restringe o repertório, limita a visão de mundo e reduz a capacidade de questionamento. A ausência de diversidade enfraquece o papel emancipador da literatura e compromete a constituição de sujeitos autônomos e reflexivos. Nesse sentido, Antonio Candido ressalta que a literatura contribui decisivamente para o processo de humanização, entendido como:

O processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor (Candido 2004, p. 180).

Em contextos escolares marcados por censura e limitação de acervo, a função formativa da literatura é seriamente ameaçada. Não se trata apenas da restrição ao acesso a livros, mas da limitação de experiências capazes de estimular a reflexão crítica, a sensibilidade estética e a empatia. Ao reduzir a diversidade de obras disponíveis, a escola compromete a construção de uma visão ampla do mundo e a capacidade de compreender diferentes realidades e perspectivas, prejudicando o desenvolvimento integral dos estudantes e sua abertura ao diverso.

#### **Categoria 4 - Referenciais teóricos, obras censuradas e documentos legais.**

A solidez da discussão é sustentada por bases teóricas diversas, evidenciando a natureza transdisciplinar do fenômeno. Os três estudos apoiam-se em referências consagradas, mas divergem em seus enfoques. O Estudo 3 (Martins, 2021) possui o foco mais concentrado na Educação Literária e nos Direitos Humanos, tendo Antonio Candido (2002, 2011) como pilar central, complementado por autores da pedagogia da leitura como Teresa Colomer (2007) e Cecília Bajour (2012). O Estudo 2 (Nascimento, 2025) adota integralmente a Análise de Discurso (AD) materialista, com Michel Pêcheux e Eni Orlandi como pilares, utilizando conceitos como Ideologia e "Silêncio Local". Louis Althusser (1985) é utilizado para enquadrar a escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE). Já o Estudo 1 (Petrovitch, 2023) apresenta o referencial mais eclético, combinando história, sociologia e crítica literária (Darnton, 2014; Foucault, 2014) e distinguindo precisamente os conceitos de censura e regulação. Um elemento singular é o uso de Perry Nodelman (2020), que oferece uma visão relativizada do controle: “A censura é errada, a não ser às vezes, quando é correta” (apud Petrovitch, 2023, p. 39).

O levantamento das obras censuradas demonstra a adaptabilidade do cerceamento a diferentes contextos. Destacam-se obras de Monteiro Lobato, censuradas por motivos religiosos, ideológicos ou acusações de racismo; clássicos como Fábulas de Esopo e Contos de Grimm, alterados por critérios morais; e obras da Ditadura Militar, como *O caneco de prata*. No período contemporâneo, concentram-se casos como o recolhimento de *Enquanto o sono não vem* (Brante, 2017) pelo MEC e restrições a obras que abordam pluralidade familiar e religiosidades de matriz africana. O cerceamento manifesta-se por meio de interferências governamentais, como o Memorando Circular nº 4/2020/SEDUC-RO, que listou obras para “recolhimento imediato” em Rondônia, e pressões da sociedade civil.

A análise da censura é indissociável da sua interface com o arcabouço legal brasileiro. Os estudos utilizam e confrontam documentos em duas esferas. Na fundamentação da legalidade, a Constituição Federal de 1988 é o pilar, sendo citado seu Art. 220, § 2º, que veda a censura, e o Art. 5º, inciso IX, que garante a livre expressão. Documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são utilizados para fundamentar o direito à educação literária. Para rastrear os mecanismos de controle, os estudos (E1, E2) utilizam o Decreto-Lei nº 1.077/70 da Ditadura. Petrovitch (2023) aponta a disputa ideológica em torno do PNLD, citando o parecer do Conselho Nacional de Educação-CNE sobre *Caçadas de Pedrinho*, que gerou debate sobre a necessidade de mediação pedagógica para abordar estereótipos racistas. Martins (2021) situa o direito à literatura frente a iniciativas de censura como o AI-5 e o Projeto de Lei Escola sem Partido (PL 867/2015).

A compreensão da censura literária se fortalece quando articulada a contribuições de autores que refletem sobre educação, cultura e formação crítica. Freire (1996) reforça que a educação deve ser prática da liberdade, promovendo reflexão e autonomia; Saviani (2008) sustenta que a escola cumpre uma função social de formação cidadã; e Apple (2004) evidencia como decisões curriculares e políticas educacionais podem tanto reproduzir estruturas de dominação quanto abrir espaços de resistência. Em convergência, essas perspectivas indicam que enfrentar a censura literária requer não apenas medidas protetivas sobre obras, mas estratégias educativas e institucionais que promovam a diversidade de sentidos e a formação ética e crítica dos leitores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão integrativa realizada, focada na análise aprofundada das três pesquisas acadêmicas identificadas (E1, E2 e E3), permitiu reconhecer que a produção acadêmica recente dedicada à censura literária no ambiente escolar ainda é escassa, mesmo quando observada ao longo de uma década. Essa rarefação de pesquisas é, em si, um achado central do estudo, evidenciando que o silenciamento da literatura na escola reverbera também no campo científico, reforçando a urgência de ampliar investigações que enfrentem diretamente o fenômeno.

Ao analisar os estudos publicados no Brasil entre 2015 e 2025, especialmente os trabalhos de Camila Souza Petrovitch (2023), Alessandra Maria Santos do Nascimento (2025) e Layla Guedes Jogas Martins (2021), constatou-se que a censura à literatura permanece como prática persistente e multifacetada no contexto da educação básica. Embora historicamente associada a aparatos estatais de

controle ideológico, como nos anos da Ditadura Militar, a censura contemporânea assume contornos mais difusos, operando por meio de pressões de grupos sociais, religiosos e políticos que buscam delimitar o que pode circular como leitura escolar. Tal dinâmica se materializa em mecanismos simbólicos, exposições públicas, boicotes e, de forma ainda mais sutil, na autocensura docente, quando profissionais evitam determinadas obras temendo questionamentos ou represálias.

Essas formas de controle ferem diretamente os princípios constitucionais da liberdade de expressão e do direito de acesso à cultura. Considerando a literatura como direito humano fundamental, conforme aponta Candido (2004), torna-se evidente que restringir seu alcance na escola significa limitar experiências estéticas, empobrecer processos formativos e perpetuar silenciamentos históricos, especialmente aqueles relacionados a questões raciais, de gênero, sexualidade e diversidade cultural. Ao mesmo tempo, reconhece-se o papel ambivalente da escola: embora possa reproduzir lógicas de controle, ela também é espaço central de resistência democrática. Nesse sentido, a autonomia pedagógica, a liberdade de cátedra e práticas de mediação literária crítica emergem como estratégias indispensáveis para tensionar e desestabilizar discursos moralizantes.

A formação docente surge como elemento decisivo nesse cenário. Professores com sólida preparação teórica e pedagógica, capazes de compreender as funções sociais, estéticas e políticas da literatura, tendem a agir com maior segurança diante de pressões externas, sustentando suas escolhas com argumentos pedagógicos e jurídicos. A mediação qualificada, por sua vez, desloca o foco da censura para a construção coletiva de sentidos, permitindo que a literatura cumpra seu papel de promover diálogos e ampliar perspectivas. A recorrência de episódios envolvendo obras clássicas, como Monteiro Lobato, Fábulas de Esopo e contos tradicionais, demonstra que a censura não se restringe a textos contemporâneos ou considerados “polêmicos”, mas atravessa todo o repertório literário conforme disputas de valores e interpretações sociais.

Diante desses achados, torna-se imprescindível fortalecer políticas públicas voltadas ao fomento da leitura e à proteção da liberdade de expressão, assegurando que a escola exerça plenamente sua função social de aproximar estudantes de múltiplas vozes literárias. Isso inclui defender a autonomia docente, ampliar a formação continuada em literatura e direitos culturais, criar mecanismos institucionais de enfrentamento às tentativas de censura e valorizar a mediação literária como prática ética e democrática. Assim, compreende-se que a censura literária no contexto escolar brasileiro não é um fenômeno marginal, mas parte de uma disputa simbólica sobre quais narrativas e sentidos podem circular na escola. Reconhecer sua historicidade, suas manifestações atuais e suas consequências pedagógicas constitui passo essencial para garantir o direito à leitura como exercício de liberdade, reafirmando o papel dos educadores e das instituições escolares na construção de uma cultura democrática, plural e crítica.

## REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. (2004). *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola -PNBE*. Brasília, DF: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD Literário*. Brasília, DF: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *Programa Conta pra Mim*. Brasília, DF: MEC, 2020.

BOURDIEU, P. (2000). *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Edições 70.

CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura*. In: \_\_\_\_\_. *Vários escritos*. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004. p. 169–191.

CARVALHO, Agda Malheiro Ferraz de. *Psicologia sócio-histórica e formação continuada de professores em serviço: revisão integrativa de estudos de 2005 a 2020*. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

DALVI, Maria Amélia. *Literatura na escola: propostas didático-metodológicas*. In: DALVI, M. A.; REZENDE, N. L. de; JOVER-FALEIROS, R. (Orgs.). *Literatura na escola*. São Paulo: Parábola, 2018.

FERNANDES, Gildene Lima de Souza; AMARILHA, Marly; FREITAS, Alessandra Cardozo de. *Literatura e coaprendizagem na docência: um caminho pela leitura de metaficção*. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 41, e48123, 2025. <Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469848123>>.

FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HENRIQUE, Eduardo dos Santos; ROSA, Josélia Euzébio da. *Revisão integrativa em pesquisas na área da Educação: desafios e perspectivas*. *Revista Poiésis*, Tubarão, v. 19, n. 35, p. 386–402, 2025. Universidade do Sul de Santa Catarina. < <https://doi.org/10.59306/poiesis.v19e352025370-396> >.

KRAMM, Daniele de Lima. *Políticas de formação de professores da educação básica no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

MARTINS, Layla Guedes Jogas. *Literatura no ensino (é) fundamental: proibições na contramão da educação literária*. 2021. f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

NASCIMENTO, Alessandra Maria Santos do. *A institucionalização da literatura e o cerceamento de textos literários nas escolas estaduais de Rondônia: o discurso entre a memória e o silenciamento*. 2025. f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2025.

PAGE, M. J. et al. *The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews*. *BMJ*, v. 372, n. 71, p. 1–9, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1136/bmj.n71> >.

PETTT, Michèle. A arte de ler ou como resistir à adversidade. Tradução de Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2009.

PETROVITCH, Camila Souza. *Atos de controle, censura e regulação na literatura infantil e a prática docente: vozes de professoras da Educação Infantil de Belo Horizonte*. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SAVIANI, D. (2008). *Escola e democracia* (ed. comemorativa). Campinas: Autores Associados.

VOSGERAU, Dilmeire S. R.; ROMANOWSKI, Joana P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000100002>>.

**Submetido:** XX/XX/XXXX

**Aprovado:** XX/XX/XXXX

**Editor(a) de seção:**

## DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados que sustentam os achados deste estudo estão completamente incluídos no manuscrito. Não há dados adicionais a serem disponibilizados.

Critérios SciELO Brasil

Formulário sobre Conformidade com a Ciência Aberta  
versão 29 de junho de 2020

Por meio deste formulário os autores informam o periódico sobre a conformidade do manuscrito com as práticas de comunicação da Ciência Aberta. Os autores são solicitados a informar: (a) se o manuscrito é um preprint e, em caso positivo, sua localização; (b) se dados, códigos de programas e outros materiais subjacentes ao texto do manuscrito estão devidamente citados e referenciados; e, (c) se aceitam opções de abertura no processo de avaliação por pares.

Preprints

Depósito do manuscrito em um servidor de preprints reconhecido pelo periódico.

O manuscrito é um preprint?	
<input type="checkbox"/>	Sim - Nome do servidor de Preprints: DOI do Preprint:
<input checked="" type="checkbox"/>	Não

Disponibilidade de Dados de Pesquisa e outros Materiais

Autores são encorajados a disponibilizar todos os conteúdos (dados, códigos de programa e outros materiais) subjacentes ao texto do manuscrito anteriormente ou no momento da publicação. Exceções são permitidas em casos de questões legais e éticas. O objetivo é facilitar a avaliação do manuscrito e, se aprovado, contribuir para a preservação e reuso dos conteúdos e a reprodutibilidade das pesquisas.

Os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito já estão disponíveis em sua totalidade e sem restrições ou assim estarão no momento da publicação?	
<input checked="" type="checkbox"/>	<p>Sim:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito</p> <p><input type="checkbox"/> os conteúdos já estão disponíveis</p> <p><input type="checkbox"/> os conteúdos estarão disponíveis no momento da publicação do artigo</p> <p>Segue títulos e respectivas URLs, números de acesso ou DOIs dos arquivos dos conteúdos subjacentes ao texto do artigo (use uma linha para cada dado):</p>
<input type="checkbox"/>	<p>Não:</p> <p><input type="checkbox"/> dados estão disponíveis sob demanda dos pareceristas</p> <p><input type="checkbox"/> após a publicação os dados estarão disponíveis sob demanda aos autores – condição justificada no manuscrito</p> <p><input type="checkbox"/> os dados não podem ser disponibilizados publicamente. Justifique a seguir:</p>

Aberturas na avaliação por pares

Os autores poderão optar por um ou mais meios de abertura do processo de *peer review* oferecidos pelo periódico.

<b>Quando oferecida a opção, os autores concordam com a publicação dos pareceres da avaliação de aprovação do manuscrito?</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> (x )	Sim
<input type="checkbox"/> ( )	Não
<b>Quando oferecida a opção, os autores concordam em interagir diretamente com pareceristas responsáveis pela avaliação do manuscrito?</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> (x )	Sim
<input type="checkbox"/> ( )	Não

#### **DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES**

Autor 1: Responsável pela coordenação do projeto, coleta dos dados do estudo e elaboração da versão inicial do manuscrito.

Autor 2: Responsável pela análise final dos dados, revisão crítica do conteúdo e validação da versão final do manuscrito.

#### **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.